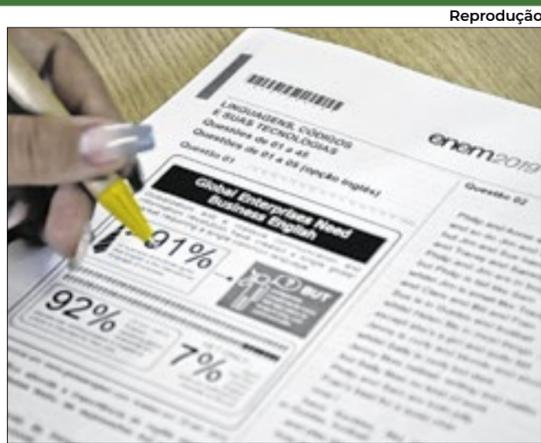


CORREIO NACIONAL

Reprodução
Maioria dos candidatos se reconhece na cor parda

Enem 2024: 60% das inscrições são de mulheres

As mulheres são maioria entre os inscritos no Enem, o que corresponde a 60,59%, enquanto os homens representam 39,41%. Os dados constam no Painel Enem 2024 divulgado pelo Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

A plataforma online permite o acesso aos números gerais dos 4.325.960 inscritos confirmados nesta edição do exame. As principais informações também podem ser fil-

tradas por região, por unidade da federação e por município.

No material, o participante pode consultar dados dos inscritos sobre faixa etária, sexo, raça/cor, tipos de inscrições, sua situação em relação ao ensino médio, entre outros dados. Conforme dados da nova ferramenta relativos à raça e/ou cor dos candidatos – declarada no momento de inscrição – a maioria se reconhece na cor parda (1.860.766), seguida de brancos (1.788.622) e pretos (533.861).

Prazos se encerram

As inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade ou sob medida socioeducativa que incluam privação de liberdade (Enem PPL) 2024 terminam às 23h59 (horário de Brasília) desta sexta-feira (25). A participação nas provas é voluntária e gratuita a este público.

As inscrições devem ser feitas pelos responsáveis pedagógicos nas unidades prisionais/socioeducativas, por meio do Sistema PPL. Também termina nesta sexta-feira o prazo para transferência e exclusão de participantes, bem como para solicitação de tratamento por nome social.

Mais inscritos em 2024

O Enem 2024 tem 4.325.960 de inscrições confirmadas. O número representa um aumento de 9,95% em relação a 2023. O Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), aplicará o Enem 2024 nos dias 3 e 10 de novembro.

Do total de participantes da edição deste ano, a maior parte já terminou o ensino médio (1,8 milhão) e 1,6 milhão é concluinte dessa etapa de ensino. Segundo o Inep, os dados são baseados nas auto-declarações dos participantes no momento da inscrição.

Distribuição de imunizantes

Na quinta, o Ministério da Saúde concluiu a distribuição das doses de vacinas contra a Covid-19 para 11 estados. Paraíba, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Paraná, Sergipe, Tocantins e São Paulo já receberam os imunizantes. Todos os estados serão contemplados com

celeridade. O lote de 1,2 milhão é parte da compra emergencial de imunizantes atualizados. A pasta realiza envios regulares de vacinas aos estados, que são responsáveis por abastecer os municípios. A cobertura vacinal indica que 86% da população brasileira completou o esquema primário.

Venda proibida

Audidores e técnicos fiscais federais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) já emitiram, neste ano, 48 autos de infração a empresas acusadas de adulterar azeite de oliva, misturando outros óleos vegetais de origem desconhecida ao produto original.

Segundo a pasta, as ações fiscalizatórias para coibir a importação irregular e a embalagem, rotulagem e a comercialização de produtos falsificados também resultaram na apreensão de cerca de 100 mil litros de azeite de oliva e na proibição da venda de 29 marcas

Líder no consumo de macarrão

O consumo de macarrão no Brasil cresceu 5,6% de janeiro a agosto deste ano, com o volume de vendas chegando a 875.938 toneladas. No mesmo período de 2023, esse volume foi de 829.294 toneladas, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias

de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães e Bolos Industrializados (Abimapi). Segundo o balanço, as regiões Norte e Nordeste lideram o consumo, com 261.149 toneladas comercializadas, sendo a massa comum responsável por 40,29% do faturamento nas regiões.

Acordos internacionais: 90% têm cláusula ambiental

Estudo encomendado à Unctad mapeia tendências nos acordos

Júlio César Silva/MDIC

Reunidos em Brasília, nesta quinta-feira (24), os ministros de Comércio do G20 discutiram um estudo inédito encomendado pela presidência brasileira do grupo, que revela que mais de 90% dos acordos de investimento internacional (IIAs) celebrados nos últimos cinco anos pelos países do G20 têm cláusulas que garantem a liberdade dos Estados para implementar políticas em prol do desenvolvimento sustentável.

O documento foi reconhecido pelos ministros como uma referência importante para orientar futuras negociações e a formulação de políticas públicas em torno de investimentos sustentáveis.

O mapeamento foi realizado pela Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), com contribuições da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

A iniciativa da presidência brasileira ocorre em um momento crucial para o avanço de políticas globais que conciliam o crescimento econômico com metas ambientais e sociais. O relatório demonstra que os IIAs firmados recentemente



Estudo da Unctad e OCDE foi debatido na reunião de Comércio do G20

pelos membros do G20 estão cada vez mais alinhados com a Agenda 2030 da ONU, refletindo um aumento nas disposições voltadas para o desenvolvimento sustentável.

“Não basta apenas atrair investimentos que gerem emprego e renda. É crucial que esses investimentos tragam qualidade de vida, respeitem o meio ambiente e atendam a outras preocupações sociais”, afirma o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento,

Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, que conduziu a reunião.

As discussões sobre o tema se estenderam ao longo do ano, em reuniões realizadas pelo Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos do G20, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). A última reunião do grupo an-

tecedeu a reunião de ministros, nos últimos dias 21 e 22.

Segundo Marcela Carvalho, secretária executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), que coordenou, em parceria com o embaixador do MRE, Philip Fox-Drummond Gough, a temática do desenvolvimento sustentável em acordos de investimento no GT, o mapa joga luz ao contexto atual e deve inspirar outros países a seguir a tendência.

Dengue: prevenção além do discurso

Divulgação



Unicef explica aspectos que limitam adoção de práticas

Embora grande parte da população saiba que é preciso “evitar água parada” para evitar a disseminação de doenças como dengue, zika e chikungunya, investir apenas em estratégias de comunicação focadas nessa mensagem não é suficiente para provocar mudanças significativas no combate às arboviroses. É o que revela estudo do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), lançado nesta quinta-feira (24), com apoio da biofarmacêutica Takeda.

“O senso comum diz que quando alguém tem uma informação sobre o que é bom para si próprio e sua família, adota um comportamento ou hábito. Mas há uma diferença entre o que as pessoas falam que fazem e os hábitos que efetivamente incorporam em suas rotinas diárias. Fazer ou não fazer algo depende de uma enorme confluência de fatores, comportamentos, normas sociais, infraestrutura e acesso a políticas públicas. São esses aspectos que revelamos nesse estudo”, diz

Luciana Phebo, chefe de saúde do Unicef no Brasil.

Após uma ampla revisão de literatura, seguida por pesquisa de campo e entrevistas, o estudo explica quais os aspectos que motivam ou dificultam a adoção de práticas de prevenção ao *Aedes aegypti*. A pesquisa organiza esses aspectos em três níveis, de acordo com uma metodologia do Unicef para atuar com mudanças sociais e comportamentais: psicológico, sociológico e estrutural.

Entre os fatores psicológicos relacionados à prevenção do mosquito, o estudo aponta o histórico de infecção e percepção de risco: quem nunca teve a doença, tende a não acreditar na gravidade. A percepção de risco e as práticas de prevenção podem aumentar em situação de epidemia, mas relaxar quando não há.

Outro fator é o esforço: as práticas preventivas – incluindo limpeza de calhas, caixas d’água e locais de difícil acesso

– são vistas como algo difícil, demorado, complexo, para o qual as pessoas não têm tempo ou disponibilidade.

Os custos financeiros também são levados em conta, especialmente em locais mais vulneráveis, onde gastar recursos para a limpeza de caixa d’água, compra de repelentes, entre outros, pode não ser viável.

Entre os fatores sociológicos, foi identificada a organização coletiva. Participar de organizações de bairro está associado a um aumento das práticas de prevenção. Mas, em várias regiões, muitas pessoas não conhecem seus vizinhos, não se veem como parte de um grupo, e não há uma organização coletiva para cuidar do bairro.

Outro fator é a influência comunitária. Muitas pessoas se sentem moralmente obrigadas a cumprir práticas de prevenção que acreditam que é esperado delas.

Também foram levantados fatores estruturais como a estrutura urbana.

STF

STF autoriza permanência de aterros sanitários

O Supremo Tribunal Federal decidiu, na quinta, que os aterros sanitários já instalados, em fase de instalação ou ampliação localizados em áreas de preservação permanente (APPs) poderão funcionar normalmente até o fim de sua vida útil, prevista no licenciamento ambiental, ou do contrato de concessão do empreendimento.

Por maioria, o colegiado atendeu a pedidos de esclarecimento (embargos de declaração) apresentados na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 42 e nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4901, 4902, 4903 e 4937, todas sobre a validade do Código Florestal.

STJ

Mãe pode entregar filho à adoção, diz Terceira Turma

Para a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, o sigilo sobre o nascimento e a entrega voluntária da criança para adoção – um direito garantido à genitora pela Lei 13.509/2017, que inseriu o artigo 19-A no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – pode ser aplicado também em relação ao suposto pai e à família extensa do recém-nascido. Com esse entendimento, os ministros deram provimento ao recurso de uma mãe para permitir que seu filho seja encaminhado para adoção, conforme sua vontade, sem consulta prévia aos parentes que, eventualmente, poderiam manifestar interesse em ficar com ele.

TCU

Maratona de linguagem simples é realizada

A Maratona Linguagem Simples para a Cidadania, realizada em Brasília, nos dias 17 e 18 de outubro, reuniu especialistas para debater como tornar a comunicação pública mais acessível. O evento também marcou o lançamento do Manual de Linguagem Simples, produzido pela servidora da Câmara dos Deputados e consultora em linguagem simples, Patrícia Roedel.

Durante o evento na Câmara dos Deputados e no Instituto Serzedello Corrêa, a autora do manual, Patrícia Roedel, destacou a importância de facilitar o acesso a informações públicas sem a necessidade de recorrer a fontes externas.

TCU

Implementação do PNPC aumenta integridade

Prevenir atos de corrupção e fraude, além de uma necessidade ética, representa um pilar essencial para garantir uma gestão pública eficiente. Por isso, a adoção das boas práticas disseminadas pelo Programa Nacional de Prevenção à Fraude e Corrupção (PNPC) é fundamental para a construção de uma cultura de integridade pelas organizações públicas.

Nesse sentido, as unidades coordenadoras, a exemplo das controladorias-gerais dos estados e municípios, têm papel importante para mobilizar, motivar, aproximar as lideranças das instituições públicas brasileiras, e acompanhar e orientar a implementação do programa nessas organizações.